

8 de maio de 2017

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de março de 2017

Rendibilidade e eficiência

Melhoria dos resultados

- **Resultado líquido de 50,1 milhões de euros** (46,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016), beneficiando da **expansão contínua do resultado core***, que mais do que quintuplicou desde o primeiro trimestre de 2013.
- **Resultado core* aumentou 19,5%** face ao primeiro trimestre do ano anterior, cifrando-se em 254,8 milhões de euros, induzido pelo crescimento de 13,7% da margem financeira e pela redução de 2,0% dos custos operacionais.
- Manutenção da tendência de melhoria da eficiência operacional, evidenciada na **diminuição de 5 pp do rácio cost to core income***, de 53,3% no primeiro trimestre do ano anterior para **48,3% no primeiro trimestre de 2017**, fazendo do banco **um dos mais eficientes da zona euro**.

Qualidade dos ativos

Reforço significativo das coberturas

- **Continuação da redução dos NPEs e dos NPLs em Portugal**, com um aumento da **cobertura total****, incluindo garantias, para **100%**.
- **NPEs em Portugal descem** para 8,3 mil milhões de euros em 31 de março de 2017, com **ritmo muito elevado de redução desde 2013**: média de 1,4 mil milhões de euros por ano.
- Descida dos NPLs>90 dias para 4,8 mil milhões de euros em 31 de março de 2017, com **redução significativa das entradas líquidas para 21 milhões de euros** no primeiro trimestre de 2017.

Evolução do negócio

Fortalecimento da qualidade do balanço

- Continuação da **melhoria do gap comercial**, com o rácio de crédito líquido em percentagem do total de recursos totais de balanço de clientes a **situar-se em 94%**.
- **Inversão da tendência de redução do crédito**, particularmente visível na carteira de crédito performing, que **aumenta 247 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017**.
- **Redução da utilização de financiamento líquido do BCE para 3,7 mil milhões de euros**, face a 4,4 mil milhões de euros registados no final de 2016 e a 5,3 mil milhões de euros em 31 de março de 2016.

Capital

Posição adequada

- **Rácio CET1 phased-in estimado de 13,0%** em 31 de março de 2017, comparando favoravelmente com os 12,4% apurados no trimestre anterior.
- **Reforço do capital no início de fevereiro**, permitindo o **reembolso total dos CoCos** e elevando o **rácio CET1 fully implemented para 11,2%**, face a 9,7% em 31 de dezembro de 2016.

*Core income = margem financeira + comissões; Resultado core = core income - custos operacionais. ** Por imparidades (balanço), expected loss gap e colaterais. Nota: Os indicadores de negócio apresentados excluem o ex-BMA.

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	31 mar.17	31 mar.16	Var. 17 / 16
Balanco			
Ativo total ⁽¹⁾	72.077	74.383	-3,1%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	52.242	53.787	-2,9%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	65.110	63.818	2,0%
Recursos totais de balanço de clientes ⁽¹⁾	51.673	51.677	0,0%
Recursos de clientes e outros empréstimos ⁽¹⁾	50.138	49.553	1,2%
Crédito total, líq. / Recursos de clientes e outros empréstimos ⁽²⁾	97%	101%	
Crédito total, líq. / Recursos totais de balanço de clientes ⁽³⁾	94%	96%	
Resultados			
Resultado líquido	50,1	46,7	7,4%
Margem financeira	332,3	292,4	13,7%
Produto bancário	534,0	488,1	9,4%
Custos operacionais	238,3	243,1	-2,0%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	148,9	160,7	-7,3%
Outras imparidades e provisões	54,3	15,4	253,9%
Impostos sobre lucros			
Correntes	27,9	24,6	
Diferidos	(8,8)	(9,6)	
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽²⁾	3,0%	2,6%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽⁴⁾	0,4%	0,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Ativo líquido médio ⁽²⁾	0,5%	0,5%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	4,1%	4,1%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam/Capitais próprios médios ⁽²⁾	6,3%	7,0%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽²⁾	8,6%	9,4%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	1,6%	3,3%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	10,4%	11,5%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	3,6%	5,5%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	109,8%	86,0%	
Rácios de eficiência ^{(2) (5)}			
Custos operacionais / Produto bancário	43,2%	49,4%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	42,5%	49,6%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	24,2%	28,0%	
Capital ⁽⁶⁾			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	13,0%	12,8%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	11,2%	10,0%	
Sucursais ⁽³⁾			
Atividade em Portugal	615	662	-7,1%
Atividade internacional	542	667	-18,7%
Colaboradores ⁽³⁾			
Atividade em Portugal	7.327	7.436	-1,5%
Atividade internacional	8.469	9.673	-12,4%

(1) Ajustado do impacto da relevação do Banco Millennium Angola em operações descontinuadas ou em descontinuação em 2016.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente. Dada a classificação do Banco Millennium Angola como operação em descontinuação entre março e maio de 2016, os saldos do balanço consolidado incluem os valores do Banco Millennium Angola até ao desreconhecimento determinado pela conclusão da operação de fusão com o Banco Privado Atlântico, em maio de 2016, enquanto o respetivo contributo para o resultado consolidado está refletido nas rubricas de resultados em operações descontinuadas ou em descontinuação e de Interesses que não controlam durante todo aquele período, não influenciando assim as restantes rubricas da demonstração de resultados consolidada.

(3) Inclui operações descontinuadas ou em descontinuação em 2016.

(4) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(5) Exclui itens específicos associados a custos de reestruturação e revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), de 1,8 milhões de euros em 2016 e 7,7 milhões de euros em 2017.

(6) Os valores de março de 2017 e março 2016 incluem os resultados líquidos acumulados dos respetivos períodos. Os valores de março de 2017 são estimados.

RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017

No âmbito do processo de fusão do Banco Millennium Angola com o Banco Privado Atlântico, o Banco Millennium Angola foi considerado como operação em descontinuação em março de 2016, com o impacto dos seus resultados apresentado na rubrica "Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação". Ao nível do balanço consolidado, os ativos e passivos do Banco Millennium Angola, S.A. continuaram a ser consolidados pelo método integral até abril de 2016.

Após a concretização da fusão, em maio de 2016, os ativos e passivos do Banco Millennium Angola foram desreconhecidos no balanço consolidado, tendo o investimento de 22,5% no Banco Millennium Atlântico, a nova entidade resultante da fusão, sido registado pelo método da equivalência patrimonial, e o seu contributo para os resultados do Grupo sido relevado nas contas consolidadas a partir do mês de maio de 2016.

RESULTADOS

O **resultado core** do Millennium bcp aumentou 19,5%, situando-se em 254,8 milhões de euros nos primeiros três meses do ano (213,2 milhões de euros no período homólogo do ano anterior), refletindo quer o crescimento de 13,7% da margem financeira quer a redução de 2,0% dos custos operacionais, e determinando a evolução favorável da eficiência operativa, traduzida pela diminuição do rácio *cost to core income* de 53,3% em 31 de março de 2016 para 48,3% em 31 de março de 2017.

O resultado líquido no primeiro trimestre de 2017 fixou-se nos 50,1 milhões de euros que compara com 46,7 milhões de euros alcançados no trimestre homólogo de 2016, evidenciando um aumento de 7,4% suportado no desempenho da atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido aumentou 7,1 milhões de euros face ao primeiro trimestre do ano anterior, atingindo 9,0 milhões de euros, beneficiando do efeito positivo do reembolso dos CoCos, concluído em fevereiro de 2017, e refletindo a manutenção da dinâmica comercial e o rigoroso controlo dos custos.

Na atividade internacional, o resultado líquido cifrou-se em 41,1 milhões de euros nos primeiros três meses de 2017 comparando com 44,8 milhões de euros no trimestre homólogo do ano anterior, condicionado pelo menor contributo da operação em Angola e não obstante a evolução favorável das restantes operações, apesar do efeito penalizador das contribuições obrigatórias na Polónia, nomeadamente do reconhecimento do custo anual da contribuição para o Fundo de Resolução, que foi periodificado em 2016, e do novo imposto sobre a banca que teve início em fevereiro de 2016, bem como de variações cambiais desfavoráveis. Excluindo os efeitos cambiais, o resultado líquido da atividade internacional teria aumentado 1,0% face ao resultado atingido no primeiro trimestre de 2016.

A **margem financeira** ascendeu a 332,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017, aumentando 13,7% face aos 292,4 milhões de euros alcançados no período homólogo de 2016. Esta evolução deveu-se ao contributo quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, a margem financeira registou um aumento de 13,2% face ao primeiro trimestre de 2016, atingindo 194,1 milhões de euros, refletindo a diminuição do custo de *funding* determinada pelos impactos positivos do reembolso dos CoCos e do esforço continuado de redução das taxas de juro dos depósitos a prazo, que suportou o comportamento favorável da margem comercial face ao período homólogo de 2016.

Na atividade internacional, a margem financeira cresceu 14,4% no primeiro trimestre de 2017, face ao trimestre homólogo de 2016, sendo que, excluindo os efeitos cambiais, teria apresentado um aumento de 24,9% alicerçado na incorporação dos acréscimos verificados na taxa de juro de referência em Moçambique e na evolução favorável dos volumes e da taxa de intermediação na Polónia.

A taxa de margem financeira nos primeiros três meses de 2017 situou-se em 2,17%, que compara com 1,81% em igual período do ano anterior. Excluindo o impacto do custo dos CoCos, a taxa de margem financeira fixou-se em 2,21% no primeiro trimestre de 2017 e em 1,91% no período homólogo de 2016.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	31 mar. 17		31 mar. 16	
	montante	taxa %	montante	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	2.877	0,84	3.351	0,49
Ativos financeiros	10.145	2,29	10.057	2,17
Créditos a clientes	48.188	3,36	50.509	3,27
Ativos geradores de juros	61.210	3,07	63.917	2,95
Operações descontinuadas ou em descontinuação ⁽¹⁾	0		2.009	
Ativos não geradores de juros	10.580		9.886	
	71.790		75.812	
Depósitos de instituições de crédito	9.713	0,22	10.106	0,45
Recursos de clientes e outros empréstimos	49.521	0,68	49.275	0,81
Dívida emitida	3.238	3,31	4.668	3,51
Passivos subordinados	1.145	7,16	1.654	7,38
Passivos geradores de juros	63.617	0,86	65.703	1,11
Operações descontinuadas ou em descontinuação ⁽¹⁾	0		1.858	
Passivos não geradores de juros	2.197		2.590	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	5.976		5.661	
	71.790		75.812	
Taxa de margem financeira		2,17		1,81
Taxa de margem financeira (excl. custo dos CoCos)		2,21		1,91

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em março de 2017 e de 2016, à respetiva rubrica de balanço.
(1) Inclui a atividade da subsidiária em Angola (em 2016) e respetivos ajustamentos de consolidação.

As **comissões líquidas** totalizaram 160,8 milhões de euros nos primeiros três meses de 2017, face aos 163,9 milhões de euros registados no mesmo período de 2016, refletindo o desempenho da atividade em Portugal, que não foi totalmente compensado pelo contributo positivo da atividade internacional.

A evolução das comissões líquidas no primeiro trimestre de 2017 foi influenciada pela diminuição das comissões bancárias em 3,0%, refletindo sobretudo o registo pontual de um valor mais elevado em outras comissões bancárias no primeiro trimestre de 2016 na atividade em Portugal, não obstante o aumento verificado no valor das comissões de cartões e transferência de valores e das comissões de gestão e manutenção de contas, assim como o aumento das comissões relacionadas com os mercados financeiros que, induzido pelo crescimento das comissões de gestão de ativos, evidenciaram um aumento de 3,3% face ao primeiro trimestre de 2016.

Os **resultados em operações financeiras** atingiram 36,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017, superiorizando-se aos 28,3 milhões de euros registados no período homólogo de 2016, devido à evolução favorável da atividade em Portugal, que foi no entanto mitigada pelos resultados inferiores da atividade internacional, com origem em Moçambique e em menor grau na Polónia.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** foram negativos em 15,2 milhões de euros nos primeiros três meses de 2017, comparando com os 12,4 milhões de euros também negativos registados em igual período do ano anterior, refletindo o menor contributo da atividade internacional, não obstante o comportamento positivo relevado na atividade em Portugal.

O contributo da atividade internacional foi condicionado, quer pela contabilização, em março de 2017, do custo anual estimado com o Fundo de Resolução da Polónia, até então periodificado, quer pelo facto do novo imposto sobre a banca polaca ter tido início apenas em fevereiro de 2016.

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda e os **resultados por equivalência patrimonial**, totalizaram, em conjunto,

19,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017, aumentando face aos 15,9 milhões de euros relevados no trimestre homólogo de 2016 devido nomeadamente à apropriação de resultados da participação detida no Banco Millennium Atlântico, a nova entidade resultante da fusão do Banco Millennium Angola com o Banco Privado Atlântico, que teve lugar desde maio de 2016.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 mar. 17	31 mar. 16	Var. 17/16
Comissões líquidas	160,8	163,9	-1,9%
Comissões bancárias	132,2	136,3	-3,0%
Cartões e transferências de valores	37,6	35,0	7,3%
Crédito e garantias	38,7	38,9	-0,4%
<i>Bancassurance</i>	19,9	20,2	-1,5%
Contas	23,2	22,6	2,8%
Outras comissões	12,9	19,6	-34,4%
Comissões relacionadas com mercados	28,6	27,7	3,3%
Operações sobre títulos	18,6	19,1	-2,7%
Gestão de ativos	10,0	8,6	16,4%
Resultados em operações financeiras	36,4	28,3	28,4%
Outros proveitos de exploração líquidos	(15,2)	(12,4)	-
Rendimentos de instrumentos de capital	0,1	2,0	-95,3%
Resultados por equivalência patrimonial	19,6	13,9	41,5%
Total de outros proveitos líquidos	201,7	195,8	3,0%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	37,8%	40,1%	

Os **custos operacionais**, excluindo o efeito dos itens específicos relacionados com custos de reestruturação e revisão do ACT, cifraram-se em 230,6 milhões de euros nos três primeiros meses de 2017, evidenciando uma redução de 4,4% face aos 241,3 milhões de euros registados em igual período de 2016, determinada pelos desempenhos tanto da atividade em Portugal como da atividade internacional.

No primeiro trimestre de 2017, os custos operacionais da atividade em Portugal, excluindo os itens específicos acima mencionados, diminuíram 5,3%, cifrando-se em 144,9 milhões de euros, traduzindo maioritariamente as poupanças alcançadas nos custos com pessoal, induzidas pela diminuição do número de colaboradores, mas também, embora em menor grau, nos outros gastos administrativos.

Na atividade internacional, os custos operacionais reduziram 2,8% face ao montante registado no primeiro trimestre de 2016. Excluindo efeitos cambiais, os custos operacionais aumentaram 4,5%, essencialmente devido à evolução observada na subsidiária em Moçambique.

Os **custos com o pessoal**, excluindo o impacto dos itens específicos, situaram-se nos 129,2 milhões de euros nos primeiros três meses de 2017, evidenciando um decréscimo de 5,4% quando comparados com os 136,6 milhões de euros apurados no mesmo período de 2016, induzidos pelo impacto decorrente da diminuição de 109 colaboradores na atividade em Portugal face ao final de março de 2016, enquanto na atividade internacional sofreram um aumento de 6,2%, sem considerar efeitos cambiais, determinado pelas operações desenvolvidas em Moçambique e na Polónia.

Os **outros gastos administrativos** cifraram-se em 88,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017, diminuindo 3,4% face aos 91,8 milhões de euros contabilizados no trimestre homólogo de 2016, beneficiando do impacto das medidas de racionalização e contenção de custos que têm vindo a ser implementadas em Portugal, nomeadamente o redimensionamento da rede de sucursais, que se traduziu numa diminuição de 662 sucursais no final de março de 2016 para 615 no final de março de 2017. Na atividade internacional, excluindo efeitos cambiais, assistiu-se a um aumento de 3,6% nos outros gastos administrativos, provocado pela atividade em Moçambique.

As **amortizações do exercício** ascenderam a 12,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017, comparando com 12,8 milhões de euros registados no trimestre homólogo de 2016 para o que contribuiu o desempenho da atividade internacional que, excluindo efeitos cambiais, diminuiu 4,9%. Na atividade em Portugal, verificou-se um aumento de 12,9% nas amortizações do exercício, influenciado pelo maior nível de amortizações associadas a equipamento informático e *software*.

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 mar. 17	31 mar. 16	Var. 17/16
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos com o pessoal	129,2	136,6	-5,4%
Outros gastos administrativos	88,7	91,8	-3,4%
Amortizações do exercício	12,7	12,8	-0,6%
Subtotal ⁽¹⁾	230,6	241,3	-4,4%
Itens específicos			
Custos de reestruturação e revisão do ACT	7,7	1,8	
Custos operacionais	238,3	243,1	-2,0%
dos quais:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	144,9	153,0	-5,3%
Atividade internacional	85,8	88,2	-2,8%

(1) Exclui o impacto dos itens específicos apresentados na tabela.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** situou-se em 148,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017, diminuindo 7,3% face aos 160,7 milhões de euros registados no primeiro trimestre de 2016, influenciada pela atividade em Portugal. O custo do risco, ajustado do efeito das operações descontinuadas ou em descontinuação, evoluiu favoravelmente de 119 pontos base no primeiro trimestre de 2016 para 114 pontos base em igual período de 2017.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 54,3 milhões de euros nos primeiros três meses de 2017, comparando com 15,4 milhões de euros no período homólogo do ano anterior, refletindo essencialmente o reforço das provisões relacionadas com garantias, com fundos de reestruturação empresarial e outros ativos.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** ascenderam a 19,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017, comparando com 15,0 milhões de euros apurados em igual período do ano anterior.

Os referidos impostos incluem o gasto por impostos correntes de 27,9 milhões de euros (gasto de 24,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2016), líquido do rédito por impostos diferidos de 8,8 milhões de euros (rédito de 9,6 milhões de euros nos três primeiros meses de 2016).

BALANÇO

O **ativo total**, excluindo o impacto do Banco Millennium Angola, classificado como operação em descontinuação, ascendeu a 72.077 milhões de euros em 31 de março de 2017, comparando com 74.383 milhões de euros em 31 de março de 2016, induzido essencialmente pela redução ocorrida na carteira de crédito a clientes e na carteira de títulos, nomeadamente no que respeita a dívida pública portuguesa, parcialmente compensado pelo aumento dos ativos por impostos diferidos.

O **crédito a clientes** (bruto) situou-se em 52.242 milhões de euros em 31 de março de 2017, face aos 53.787 milhões de euros registados em igual data do ano anterior, excluindo operações descontinuadas ou em descontinuação, influenciado pela redução na atividade em Portugal, não obstante o aumento verificado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, o crédito diminuiu 4,4%, quando comparado com 31 de março de 2016, refletindo as reduções de 5,6% no crédito a empresas e de 4,4% no crédito à habitação, influenciadas pelo propósito de reduzir os NPLs e não obstante as iniciativas de apoio às empresas e famílias no sentido de satisfazer as suas necessidades de financiamento. Contudo, é de assinalar a inversão da tendência de diminuição do crédito no primeiro trimestre de 2017, refletida no incremento do crédito bruto em 25 milhões de euros e especialmente do crédito *performing* em 247 milhões de euros face ao final de 2016.

O crédito a clientes da atividade internacional aumentou 10,5% face a 31 de março de 2016, excluindo a carteira de crédito associada à operação desenvolvida em Angola, classificada como operação descontinuada ou em descontinuação, e os efeitos cambiais, influenciado pelo crescimento do crédito a empresas na operação em Moçambique e do crédito a empresas e a particulares na subsidiária na Polónia.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	31 mar. 17	31 mar. 16	Var. 17/16
Particulares	28.126	28.784	-2,3%
Hipotecário	23.892	24.807	-3,7%
Consumo e outros	4.235	3.977	6,5%
Empresas	24.116	25.003	-3,5%
Serviços	9.134	9.858	-7,3%
Comércio	3.259	3.206	1,7%
Construção	2.813	3.309	-15,0%
Outros	8.909	8.631	3,2%
Subtotal	52.242	53.787	-2,9%
Operações em descontinuação	--	847	
Total	52.242	54.634	-4,4%
do qual ⁽¹⁾ :			
Atividade em Portugal	39.386	41.178	-4,4%
Atividade internacional	12.856	12.609	2,0%

(1) Exclui impactos relacionados com operações descontinuadas (Banco Millennium Angola) em 2016.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões semelhantes e equilibrados de diversificação, entre o final de março de 2016 e de março de 2017, com o crédito a empresas a representar 46% do crédito total concedido em 31 de março de 2017.

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, ajustado do efeito das operações em descontinuação, evoluiu favoravelmente de 7,4% em 31 de março de 2016 para 6,5% em 31 de março de 2017, tendo o correspondente rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades aumentado de 86,0% em 31 de março de 2016 para 109,8% em igual data de 2017.

O rácio do crédito em risco no crédito total fixou-se em 10,4% em 31 de março de 2017, comparando favoravelmente com 11,5% em igual data do ano anterior. Em 31 de março de 2017, o rácio do crédito reestruturado ascendeu a 9,4% do crédito total, que compara com 9,9% registados em 31 de março de 2016 e o rácio do crédito reestruturado não incluído no crédito em risco cifrou-se em 5,4% do crédito total face a 5,7% no período homólogo de 2016.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE MARÇO DE 2017

Milhões de euros

	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	759	778	2,7%	102,4%
Hipotecário	272	309	1,1%	113,7%
Consumo e outros	488	469	11,5%	96,1%
Empresas	2.619	2.931	10,9%	111,9%
Serviços	1.007	1.551	11,0%	154,0%
Comércio	234	196	7,2%	83,7%
Construção	799	637	28,4%	79,7%
Outros	578	546	6,5%	94,5%
Total	3.379	3.709	6,5%	109,8%

Os **recursos totais de clientes**, excluindo o impacto relacionado com as operações descontinuadas ou em descontinuação, ascenderam a 65.110 milhões de euros em 31 de março de 2017 registando um aumento de 2,0% face aos 63.818 milhões de euros em 31 de março de 2016.

Os recursos totais de clientes na atividade em Portugal situaram-se nos 48.028 milhões de euros em 31 de março de 2017, comparando com 47.750 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2016, traduzindo o acréscimo de 1.158 milhões de euros conseguido nos recursos fora de balanço, nomeadamente nos produtos de capitalização e nos ativos sob gestão, que aumentaram 760 milhões de euros e 399 milhões de euros, respetivamente, não obstante as reduções de 601 milhões de euros e de 279 milhões de euros ocorrida nos débitos para com clientes titulados e nos recursos de clientes e outros empréstimos.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes, excluindo operações descontinuadas ou em descontinuação, totalizaram 17.082 milhões de euros em 31 de março de 2017, aumentando 6,3% face aos 16.068 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, não obstante o efeito cambial adverso. Excluindo os efeitos cambiais, os recursos totais de clientes teriam aumentado 14,7% face ao montante alcançado em 31 de março de 2016, alicerçados no aumento dos recursos de clientes e outros empréstimos, destacando-se o desempenho da operação desenvolvida na Polónia.

Em 31 de março de 2017, excluindo o impacto das operações descontinuadas ou em descontinuação, os recursos totais de balanço de clientes representavam 79% dos recursos totais de clientes, com os recursos de clientes e outros empréstimos a representarem 77% dos recursos totais de clientes.

O rácio de transformação, no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, que considera o Banco Millennium Angola nas rubricas de Balanço em março de 2016, evoluiu favoravelmente de 101% em 31 de março de 2016 para 97% em 31 de março de 2017, beneficiando da redução do *gap* comercial em 1,8 mil milhões de euros. O mesmo indicador, considerando os recursos totais de balanço de clientes, cifrou-se em 94% (96% em 31 de março de 2016).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES ⁽¹⁾

Milhões de euros

	31 mar. 17	31 mar. 16	Var. 17/16
Recursos totais de balanço de clientes	51.673	51.677	0,0%
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.138	49.553	1,2%
Débitos para com clientes titulados	1.536	2.124	-27,7%
Recursos fora de balanço de clientes	13.437	12.141	10,7%
Ativos sob gestão	4.297	3.778	13,7%
Produtos de capitalização	9.139	8.363	9,3%
Total	65.110	63.818	2,0%

(1) Exclui os impactos relacionados com operações descontinuadas ou em descontinuação (Banco Millennium Angola) no valor de 1.461 milhões de euros em março de 2016.

A **carteira de títulos**, excluindo o impacto das operações descontinuadas ou em descontinuação, situou-se nos 12.378 milhões de euros em 31 de março de 2017, o que compara com 13.502 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, representando 17,2% do ativo total em 31 de março de 2017, abaixo dos 18,2% observados em igual data de 2016, refletindo essencialmente a evolução da carteira de dívida pública portuguesa.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No primeiro trimestre de 2017 verificou-se, em termos consolidados, uma forte redução das necessidades de financiamento *wholesale*, face ao quarto trimestre de 2016, de aproximadamente 2,3 mil milhões de euros, decorrente sobretudo do aumento de capital do Banco (1,3 mil milhões de euros), da redução do *gap* comercial em Portugal (0,6 mil milhões de euros) e da redução das necessidades de financiamento na operação polaca (0,3 mil milhões de euros).

A redução das necessidades de liquidez refletiu-se na alteração da estrutura de financiamento mediante o reembolso da parcela remanescente dos CoCos (0,7 mil milhões de euros), da amortização de MTN (0,3 mil milhões de euros), da redução do recurso a instrumentos do mercado monetário (0,3 mil milhões de euros) e da redução das tomadas colateralizadas junto do BCE (0,7 mil milhões de euros face a dezembro de 2016, para 4,2 mil milhões de euros em março de 2017).

Em termos líquidos, as necessidades de financiamento junto do BCE reduziram-se em 0,8 mil milhões de euros, no primeiro trimestre de 2017, para 3,7 mil milhões de euros.

O acentuado decréscimo no financiamento líquido junto do Eurosistema permitiu um reforço do *buffer* de liquidez de 0,3 mil milhões de euros face ao final de dezembro de 2016, para um total de 9,4 mil milhões de euros no final de março de 2017.

CAPITAL

Em 26 de junho de 2013, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram a Diretiva 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Capital Requirements Directive IV / Capital Requirements Regulation - CRD IV/CRR), que estabeleceram novos e mais exigentes requisitos de capital para as instituições de crédito, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

Esta maior exigência resulta de uma definição mais estrita ao nível dos fundos próprios e dos riscos ponderados, em paralelo com o estabelecimento de rácios mínimos, incluindo uma reserva de conservação de fundos próprios, de 7% para os fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1 - CET1*), 8,5% para os fundos próprios de nível 1 (*Tier 1*) e de 10,5% para o rácio total, que inclui também os fundos próprios de nível 2 (*Tier 2*). A CRD IV/CRR estipula também um período transitório (*phased-in*) em que as instituições poderão acomodar os novos requisitos, quer ao nível dos fundos próprios quer da observância dos rácios mínimos de capital.

O rácio CET1 *phased-in* estimado em 31 de março de 2017, de acordo com a nossa interpretação da CRD IV/CRR à data, situou-se em 13,0% face aos 12,4% reportados em 31 de dezembro de 2016. Em base *fully implemented*, o rácio CET1 evoluiu favoravelmente de 9,7% no final de 2016 para um valor estimado de 11,2% em 31 de março de 2017.

A evolução positiva do rácio CET1 no primeiro trimestre de 2017 beneficiou maioritariamente da operação de aumento de capital realizada em fevereiro 2017 e dos resultados líquidos acumulados do primeiro trimestre de 2017, apesar do reembolso da totalidade dos CoCos e, no caso do rácio *phased-in*, do efeito negativo associado à respetiva progressão, que se verificou em 1 de janeiro de 2017.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (CRD IV/CRR) Milhões de euros

	31 mar. 17	31 dez. 16
PHASED-IN		
Fundos próprios		
<i>Common equity tier 1 (CET1)</i>	5.035	4.874
<i>Tier 1</i>	5.035	4.874
Fundos próprios totais	5.493	5.257
Riscos ponderados	38.764	39.160
Rácios de solvabilidade		
CET1	13,0%	12,4%
<i>Tier 1</i>	13,0%	12,4%
Total	14,2%	13,4%
FULLY IMPLEMENTED		
Rácio CET1	11,2%	9,7%

Nota: Os rácios de 31 de março de 2017 são estimados e incluem os resultados líquidos acumulados do ano.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

Reforço do balanço, com melhoria das posições de capital e de risco, suportadas na operação de aumento de capital no montante de 1,3 mil milhões de euros, adicionalmente à colocação privada de 175 milhões de euros subscrita por uma afiliada da Fosun Industrial Holdings Limited, concluída em 18 de novembro de 2016, e na continuação da redução das *non-performing exposures*, tendo por objetivo acelerar o regresso à normalidade da atividade do Banco, sem os condicionalismos existentes até então.

Merecem destaque neste período:

- Deliberação do Conselho de Administração tomada em 9 de janeiro de 2017, que será ratificada na próxima Assembleia Geral de Acionistas, de cooptar Lingjiang Xu e João Nuno Palma para desempenharem as funções de Vogais do Conselho de Administração, não executivo e executivo, respetivamente, até ao termo do mandato em curso.
- Deliberação do Conselho de Administração tomada em 9 de janeiro de 2017, com o prévio parecer favorável da Comissão de Auditoria, de proceder ao aumento do capital social de 4.268.817.689,20 euros para 5.600.738.053,72 euros, realizado através de uma Oferta Pública de Subscrição dirigida a acionistas no exercício dos respetivos direitos de preferência e demais investidores que adquirissem direitos de subscrição, com a emissão de 14.169.365.580 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, tendo o número resultante de ações ordinárias do BCP passado a ser de 15.113.989.952.
- Reembolso antecipado ao Estado português, no dia 9 de fevereiro de 2017, dos instrumentos híbridos de capital *Core Tier 1* remanescentes, no montante de 700 milhões de euros, marcando o regresso à normalidade da atividade do BCP, e que tinha sido objeto de aprovação anterior pelo Banco Central Europeu, sujeita ao sucesso do aumento de capital concluído nessa data.
- Revisão em alta pela agência S&P Global Ratings da notação de *rating* da dívida sénior *unsecured* de LP de “B+” para “BB-”, na sequência da revisão em alta da notação de *rating* intrínseco do BCP (*Stand Alone Credit Profile - SACP*) de “b+” para “bb-” e revisão em alta da notação de *rating* de contraparte de “B+” para “BB-” e da notação de *rating* da dívida subordinada de “CCC” para “B-”, efetuadas após a conclusão da operação de aumento de capital.
- Bank Millennium integrou, pela nona vez, o Respect Index - um índice de empresas socialmente responsáveis cotadas no Bolsa de Valores de Varsóvia.
- Millennium bim nomeado “Melhor Banco em Moçambique em 2017” e “Melhor Banco em Moçambique para Trade Finance em 2017” pela Global Finance.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta uma aceleração da economia mundial em 2017, de 3,1% para 3,5%, num contexto de recuperação gradual do crescimento da atividade, tanto nas economias desenvolvidas, como nas emergentes. Não obstante o maior otimismo, o FMI considera que os riscos para as suas previsões são maioritariamente descendentes e prendem-se com fatores de natureza política e geoestratégica.

Apesar da melhoria da prestação económica da generalidade dos países da área do euro, do desanuviamento do enquadramento externo e da subida da inflação decorrente do encarecimento do petróleo, o Banco Central Europeu (BCE) não alterou a sua política monetária, defendendo que o processo de recuperação económica e de dissipação dos riscos desinflacionistas ainda carece de confirmação. Ainda assim, a expectativa generalizada de que o BCE pudesse intensificar o ritmo de redução do programa de compra de dívida no final do corrente ano provocou uma subida das taxas de juro, sobretudo nas maturidades mais longas, uma vez que as praticadas nos prazos mais curtos se mantiveram ancoradas à taxa de facilidade de depósito do BCE (-0,40%).

Nos EUA, a tibieza do investimento e o contributo negativo das exportações líquidas resultaram na desaceleração do PIB em 2016, para a taxa mais baixa desde 2011. Não obstante, a solidez do consumo privado permitiu sustentar os ganhos no emprego, sobretudo nos setores ligados à restauração, hotelaria e saúde. Este conjunto de circunstâncias e a perspetiva de maior expansionismo da política orçamental levaram a Reserva Federal a aumentar, na reunião de março e pela terceira vez neste ciclo, a sua taxa diretora e a indiciar novas subidas ao longo do ano, caso se mantenha o atual panorama económico e financeiro.

Ao longo dos primeiros meses do corrente ano assistiu-se à consolidação do otimismo nos mercados financeiros internacionais que se seguiu à eleição de Donald Trump e que se traduziu na valorização generalizada dos índices acionistas, na elevação das *yields* dos títulos de dívida pública dos EUA para os níveis mais elevados desde 2014 e na apreciação das principais moedas emergentes. No que concerne ao mercado monetário do euro, a nota dominante foi a estabilidade das taxas Euribor, que permaneceram negativas em todos os prazos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB português cresceu 2,0%, em termos homólogos, no último trimestre de 2016, o que corresponde a uma aceleração face aos três meses anteriores. O maior vigor da atividade decorreu do aumento expressivo do contributo da procura interna, nomeadamente do consumo privado e do investimento. Em contraste, a procura externa líquida exerceu uma pressão descendente sobre o crescimento, em virtude do forte dinamismo das importações, cujo efeito ofuscou o desempenho positivo das exportações. Segundo as mais recentes previsões da Comissão Europeia, o processo de recuperação da economia portuguesa deverá consolidar-se em 2017, com um crescimento do PIB projetado em 1,6% (acima dos 1,4% registados no ano precedente), suportado exclusivamente pela procura interna, que deverá beneficiar dos reduzidos níveis das taxas de juro, da evolução favorável do mercado de trabalho e dos elevados índices de otimismo das famílias e dos empresários. A incerteza em torno do sistema bancário nacional, bem como a maior volatilidade dos mercados financeiros internacionais, associada aos receios quanto ao desfecho do processo eleitoral em França, desencadeou uma subida das *yields* dos títulos de dívida pública, o que se consubstanciou num alargamento dos prémios de risco da República Portuguesa face à generalidade dos países da área do euro, movimento que foi sendo parcialmente revertido no final do primeiro trimestre.

Em 2016, a economia polaca registou um abrandamento considerável, com a taxa de crescimento do PIB a cair de 3,9% para 2,8%. Esta perda de fulgor deveu-se à substancial quebra do investimento, num contexto de transição de programas de fundos estruturais da União Europeia. Em contraste, o consumo privado manteve-se robusto, beneficiando do dinamismo do emprego e dos salários, bem como de um conjunto de medidas de estímulo orçamental especialmente dirigido às famílias. Para 2017, a Comissão Europeia prevê uma recuperação do crescimento da atividade económica para 3,2%, num quadro de retoma do investimento e de solidez do consumo. No primeiro trimestre do corrente ano, o zlóti registou uma tendência de apreciação face ao euro, evolução que mitigou as pressões inflacionistas advenientes da rápida subida do preço do petróleo, permitindo assim ao Banco Nacional da Polónia manter o teor expansionista da política monetária.

A atividade económica em Moçambique abrandou para o ritmo mais baixo desde 2000 (de 6,6% em 2015 para 3,3% em 2016) devido à contração das atividades agrícolas, extrativas e industriais, apesar do crescimento robusto dos serviços, nomeadamente do setor financeiro. Para 2017, o FMI espera uma aceleração do PIB para 4,5%, num entorno global que se espera mais favorável para os países produtores de matérias-primas. Para Angola, o FMI prevê que o ritmo de expansão do PIB em 2017 suba de 0,0% para 1,3%, refletindo a recuperação parcial do preço do petróleo.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	mar 17	mar 16	Var.	mar 17	mar 16	Var.	mar 17	mar 16	Var.
Demonstração de resultados									
Margem financeira	332,3	292,4	13,7%	194,1	171,5	13,2%	138,2	120,8	14,4%
Rendimento de instrumentos de capital	0,1	2,0	-95,3%	-	2,0	-98,6%	0,1	-	-
Resultado de serviços e comissões	160,8	163,9	-1,9%	108,2	118,2	-8,5%	52,6	45,7	15,1%
Outros proveitos de exploração	(15,2)	(12,4)	22,3%	5,5	(1,8)	>200%	(20,7)	(10,6)	94,8%
Resultados em operações financeiras	36,4	28,3	28,4%	20,9	4,7	>200%	15,5	23,6	-34,4%
Resultados por equivalência patrimonial	19,6	13,9	41,5%	12,0	13,9	-13,4%	7,6	-	-
Produto bancário	534,0	488,1	9,4%	340,7	308,6	10,4%	193,3	179,6	7,6%
Custos com o pessoal	136,9	138,4	-1,1%	89,8	91,5	-1,8%	47,1	46,9	0,3%
Outros gastos administrativos	88,7	91,8	-3,4%	54,7	56,3	-2,8%	33,9	35,5	-4,5%
Amortizações do exercício	12,7	12,8	-0,6%	8,0	7,1	12,9%	4,8	5,8	-17,2%
Custos operacionais	238,3	243,1	-2,0%	152,5	154,9	-1,5%	85,8	88,2	-2,8%
Resultados operacionais antes de imparidades e provisões	295,8	245,1	20,7%	188,2	153,7	22,4%	107,5	91,4	17,7%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	148,9	160,7	-7,3%	125,9	142,0	-11,3%	22,9	18,7	22,7%
Outras imparidades e provisões	54,3	15,4	>200%	56,8	15,9	>200%	(2,4)	(0,6)	>200%
Resultado antes de impostos	92,5	69,1	34,0%	5,5	(4,2)	>200%	87,0	73,2	18,8%
Impostos	19,1	15,0	27,4%	(3,5)	(5,7)	-38,3%	22,6	20,7	9,4%
Resultado após impostos de operações em continuação	73,4	54,1	35,8%	9,0	1,5	>200%	64,4	52,6	22,5%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	29,0	-100,0%	-	-	-	-	29,0	-100,0%
Interesses que não controlam	23,3	36,4	-35,9%	-	(0,4)	-90,7%	23,3	36,8	-36,6%
Resultado líquido	50,1	46,7	7,4%	9,0	1,9	>200%	41,1	44,8	-8,3%
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	72.077	76.295	-5,5%	52.686	55.681	-5,4%	19.391	20.614	-5,9%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	65.110	63.818	2,0%	48.028	47.750	0,6%	17.082	16.068	6,3%
Recursos totais de balanço de clientes ⁽¹⁾	51.673	51.677	-0,0%	36.071	36.950	-2,4%	15.603	14.727	5,9%
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.138	49.553	1,2%	34.632	34.910	-0,8%	15.506	14.643	5,9%
Débitos para com clientes titulados	1.536	2.124	-27,7%	1.439	2.040	-29,5%	97	84	15,1%
Recursos fora de balanço de clientes ⁽¹⁾	13.437	12.141	10,7%	11.958	10.799	10,7%	1.479	1.341	10,3%
Ativos sob gestão	4.297	3.778	13,7%	3.289	2.891	13,8%	1.008	887	13,6%
Produtos de capitalização	9.139	8.363	9,3%	8.668	7.908	9,6%	471	454	3,8%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	-	1.461	-100,0%	-	-	-	-	1.461	-100,0%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	52.242	53.787	-2,9%	39.386	41.178	-4,4%	12.856	12.609	2,0%
Particulares ⁽¹⁾	28.126	28.784	-2,3%	20.038	20.680	-3,1%	8.088	8.104	-0,2%
Hipotecário	23.892	24.807	-3,7%	17.506	18.319	-4,4%	6.386	6.488	-1,6%
Consumo e outros	4.235	3.977	6,5%	2.533	2.361	7,3%	1.702	1.616	5,4%
Empresas ⁽¹⁾	24.116	25.003	-3,5%	19.347	20.497	-5,6%	4.769	4.505	5,8%
Serviços	9.134	9.858	-7,3%	8.179	8.960	-8,7%	956	898	6,5%
Comércio	3.259	3.206	1,7%	2.204	2.187	0,8%	1.055	1.018	3,6%
Construção	2.813	3.309	-15,0%	2.484	2.976	-16,5%	329	333	-1,1%
Outros	8.909	8.631	3,2%	6.481	6.375	1,7%	2.428	2.256	7,6%
Operações descontinuadas ou em descontinuação	-	847	-100,0%	-	-	-	-	847	-100,0%
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total ⁽¹⁾	3.540	4.204	-15,8%	3.211	3.898	-17,6%	329	306	7,4%
Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	3.379	3.958	-14,6%	3.107	3.695	-15,9%	272	263	3,5%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total ⁽¹⁾	6,5%	7,4%		7,9%	9,0%		2,1%	2,1%	
Imparidade do crédito (balanço) ⁽¹⁾	3.709	3.406	8,9%	3.280	2.999	9,4%	429	407	5,4%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total ⁽¹⁾	7,1%	6,3%		8,3%	7,3%		3,3%	3,2%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	109,8%	86,0%		105,6%	81,2%		157,6%	154,7%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.) ⁽¹⁾	114	119		128	138		71	59	
Crédito reestruturado / Crédito total ⁽²⁾	9,4%	9,9%							
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	5,4%	5,7%							
Rácio de eficiência ⁽³⁾	43,2%	49,4%		42,5%	49,6%		44,4%	49,1%	

(1) Ajustado do efeito das operações classificadas na rubrica de operações descontinuadas ou em descontinuação em março de 2016.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 32/2013, na versão vigente, incluindo o Banco Millennium Angola.

(3) Exclui itens específicos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
**Demonstrações Intercalares Condensadas dos Resultados Consolidados
para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016**

	31 março 2017	31 março 2016
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	475.498	486.669
Juros e custos equiparados	(143.171)	(194.310)
Margem financeira	332.327	292.359
Rendimentos de instrumentos de capital	96	2.044
Resultado de serviços e comissões	160.810	163.949
Resultados em operações de negociação e de cobertura	29.132	15.577
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7.243	12.755
Resultados da atividade seguradora	740	1.962
Outros proveitos / (custos) de exploração	(17.566)	(9.331)
Total de proveitos operacionais	512.782	479.315
Custos com o pessoal	136.906	138.444
Outros gastos administrativos	88.651	91.817
Amortizações do exercício	12.740	12.815
Total de custos operacionais	238.297	243.076
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	274.485	236.239
Imparidade do crédito	(148.891)	(160.657)
Imparidade de outros ativos financeiros	(20.664)	(16.241)
Imparidade de outros ativos	(25.638)	(5.442)
Imparidade do goodwill	(4)	-
Outras provisões	(8.027)	6.330
Resultado operacional	71.261	60.229
Resultados por equivalência patrimonial	19.628	13.874
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	1.637	(5.046)
Resultado antes de impostos	92.526	69.057
Impostos		
Correntes	(27.928)	(24.554)
Diferidos	8.822	9.556
Resultado após impostos de operações em continuação	73.420	54.059
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	29.005
Resultado após impostos	73.420	83.064
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	50.113	46.678
Interesses que não controlam	23.307	36.386
Resultado do período	73.420	83.064

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016

	31 março 2017	31 dezembro 2016
	(Milhares de Euros)	
Ativo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.684.423	1.573.912
Disponibilidades em outras instituições de crédito	258.291	448.225
Aplicações em instituições de crédito	1.337.776	1.056.701
Créditos a clientes	48.533.697	48.017.602
Ativos financeiros detidos para negociação	1.021.093	1.048.797
Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	147.266	146.664
Ativos financeiros disponíveis para venda	10.715.144	10.596.273
Ativos com acordo de recompra	30.252	20.525
Derivados de cobertura	73.604	57.038
Ativos financeiros detidos até à maturidade	464.495	511.181
Investimentos em associadas	611.169	598.866
Ativos não correntes detidos para venda	2.225.447	2.250.159
Propriedades de investimento	12.576	12.692
Outros ativos tangíveis	482.492	473.866
Goodwill e ativos intangíveis	162.309	162.106
Ativos por impostos correntes	17.654	17.465
Ativos por impostos diferidos	3.193.151	3.184.925
Outros ativos	1.106.085	1.087.814
	<u>72.076.924</u>	<u>71.264.811</u>
Passivo		
Recursos de instituições de crédito	9.284.053	9.938.395
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.137.524	48.797.647
Títulos de dívida emitidos	2.962.745	3.512.820
Passivos financeiros detidos para negociação	509.728	547.587
Derivados de cobertura	287.523	383.992
Provisões	341.596	321.050
Passivos subordinados	846.123	1.544.555
Passivos por impostos correntes	38.547	35.367
Passivos por impostos diferidos	2.341	2.689
Outros passivos	931.997	915.528
	<u>65.342.177</u>	<u>65.999.630</u>
Capitais Próprios		
Capital	5.600.738	4.268.818
Títulos próprios	(728)	(2.880)
Prémio de emissão	16.471	16.471
Ações preferenciais	59.910	59.910
Outros instrumentos de capital	2.922	2.922
Reservas legais e estatutárias	245.875	245.875
Reservas de justo valor	(103.079)	(130.632)
Reservas e resultados acumulados	(90.879)	(102.306)
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	50.113	23.938
	<u>5.781.343</u>	<u>4.382.116</u>
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco	5.781.343	4.382.116
Interesses que não controlam	953.404	883.065
	<u>6.734.747</u>	<u>5.265.181</u>
Total de Capitais Próprios	<u>6.734.747</u>	<u>5.265.181</u>
	<u>72.076.924</u>	<u>71.264.811</u>

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra, ativos financeiros detidos até à maturidade e outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados.

Cobertura do crédito vencido - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o valor total em dívida do crédito com prestações de capital ou juros vencidos.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o valor total em dívida do crédito com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias.

Cobertura do crédito a clientes em risco por imparidades de balanço - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de crédito a clientes em risco (bruto).

Cobertura do crédito a clientes em risco por imparidades de balanço e garantias reais e financeiras - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o montante de garantias reais e financeiras associadas, e o total de crédito a clientes em risco (bruto).

Cobertura de *non-performing loans* por imparidade de balanço - rácio entre as imparidades de balanço e NPL.

Cobertura do crédito a clientes com incumprimento por imparidades de balanço - rácio entre as imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de crédito a clientes com incumprimento (bruto).

Core income - margem financeira e comissões.

Crédito a clientes com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito a clientes com incumprimento, líquido - crédito a clientes com incumprimento deduzido das imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Crédito a clientes em risco - conceito mais abrangente do que o conceito de NPL, incorporando também créditos reestruturados cujas alterações contratuais relativamente às condições iniciais resultaram no banco ter ficado com uma posição de risco mais elevada do que anteriormente; os créditos reestruturados que resultaram no banco ter ficado com uma posição de risco inferior (por exemplo através do reforço do colateral) não estão incluídos no crédito em risco.

Crédito a clientes em risco, líquido - crédito a clientes em risco deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Custo do risco, líquido (expresso em pb) - quociente entre as dotações para imparidades para riscos de crédito (líquidas de recuperações) contabilizadas no período e o saldo de crédito a clientes.

Custo do risco, bruto (expresso em pb) - quociente entre as dotações para imparidades para riscos de crédito contabilizadas no período e o saldo de crédito a clientes.

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Gap comercial - diferença entre o total de crédito a clientes líquido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de recursos de clientes de balanço.

Non-performing exposures (“NPE”, de acordo com a definição da EBA) - Crédito vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, mesmo se reconhecido como crédito em incumprimento ou crédito com imparidade. Considera adicionalmente todas as exposições se o crédito vencido a mais de 90 dias representar mais de 20% da exposição total do devedor, mesmo se não estiver classificado como crédito com imparidade. Inclui ainda o crédito no período de quarentena, durante o qual o devedor tenha demonstrado capacidade para cumprir com as condições de reestruturação, mesmo se a reestruturação tenha conduzido à saída das classes de crédito em incumprimento ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do goodwill e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros resultados de exploração.

Produtos de capitalização - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Rácio de *cost to core income* - rácio entre custos operacionais e o *core income*.

Rácio de crédito com incumprimento - rácio entre o valor de crédito com incumprimento e o total de crédito a clientes (bruto).

Rácio de crédito com incumprimento, líquido - rácio entre o valor de crédito com incumprimento (líquido) e o total de crédito a clientes deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Rácio de crédito em risco - rácio entre o valor de crédito em risco e o total de crédito a clientes (bruto).

Rácio de crédito em risco, líquido - rácio entre o valor de crédito em risco (líquido) e o total de crédito a clientes deduzido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito.

Rácio de eficiência - rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio *loan to value* (“LTV”) - rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Rácio de *non-performing loans* - quociente entre o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado, e o total de crédito a clientes (bruto).

Rácio de transformação - rácio entre o total de crédito a clientes líquido de imparidades acumuladas (valor de balanço) para riscos de crédito e o total de depósitos de clientes.

Recursos totais de balanço de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados (depósitos de clientes).

Recursos totais de clientes - recursos de clientes de balanço, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) - relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio. Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco e os capitais próprios médios. Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco - Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Resultado *Core* (*Core net income*) - corresponde ao agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2017 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros três meses de 2016 e 2017 não foram objeto de auditoria ou revisão.